

SECRETARIA EXECUTIVA**PORTARIA Nº 33, DE 10 DE JANEIRO DE 2019**

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V, do art. 1º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto 8.910, de 22 de novembro de 2016, resolve:

DESIGNAR ROBERTO JOÃO DE ABREU, Auditor Federal de Finanças e Controle, para exercer a Função Gratificada, código FG-3, da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 34, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V, do art. 1º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto 8.910, de 22 de novembro de 2016, resolve:

DISPENSAR LÚCIO FURBINO VILLEFORT, Auditor Federal de Finanças e Controle, da Função Gratificada, código FG-3, da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 67, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto 8.910, de 22 de novembro de 2016, resolve:

DESIGNAR JOÃO LUIZ DOMINGUES, Auditor Federal de Finanças e Controle, para substituir, no período de 2 a 31 de janeiro de 2019, a Chefe de Divisão, código FCPE 101.2, da Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente da Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 117, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V, do art. 1º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto 8.910, de 22 de novembro de 2016, resolve:

DISPENSAR, a pedido, CARLOS ANTÔNIO MENEGHETTI, Auditor Federal de Finanças e Controle, da Função Gratificada, código FG-1, da Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PORTARIA Nº 139, DE 11 DE JANEIRO DE 2019**

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, do art. 133, do Anexo I da Portaria CGU nº 677, de 10 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2017, resolve:

DISPENSAR, a pedido, CAETANO ROSSATO RABELO, Auditor Federal de Finanças e Controle, matrícula SIAPE nº 1354061, do encargo de Coordenador do Núcleo de Ações Especiais - NAE/SC, código FG-1, da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina.

ORLANDO VIEIRA DE CASTRO JUNIOR

PORTARIA Nº 140, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, do art. 133, do Anexo I da Portaria CGU nº 677, de 10 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2017, resolve:

DESIGNAR, MARCELO CAMPOS DA SILVA, Auditor Federal de Finanças e Controle, matrícula SIAPE nº 1181070, para exercer as funções de Coordenador do Núcleo de Ações Especiais - NAE/SC, código FG-1, da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina.

ORLANDO VIEIRA DE CASTRO JUNIOR

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA**PORTARIA Nº 136, DE 11 DE JANEIRO DE 2019**

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.383, de 23 de junho de 2017, publicada no D.O.U de 27.06.2017, e tendo em vista o que consta no processo nº 00214.100456/2018-09, resolve:

Conceder Pensão Civil a MARTHA BURITI DE MIRANDA HENRIQUES, mãe do ex - servidor SERGEI MAGNO DE MIRANDA HENRIQUES, ex - ocupante do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, Classe S, Padrão IV, matrícula SIAPE nº 20161, do quadro de pessoal permanente da Controladoria-Geral da União, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003, combinado com o art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, e com os artigos 215, 217, inciso V e art. 222, incisos I e IV, todos da Lei nº 8.112/90, redação dada pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a partir da data do óbito do instituidor, 30/11/2018.

SERGIO AKUTAGAWA

Conselho Nacional do Ministério Público**SECRETARIA-GERAL****PORTARIA Nº 9, DE 11 DE JANEIRO DE 2019**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor ANDRÉ MOLINAR VELOSO, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 82.342, do encargo de substituto eventual de Assessor - Nível IV, código CC-4, do Gabinete do Conselheiro Dermeval Farias Gomes Filho, previsto na Lei nº 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO FUINA VERSIANI

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**PORTARIA Nº 10, DE 11 DE JANEIRO DE 2019**

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

Considerando que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;

Considerando que, dentre outras atribuições, incumbe à Corregedoria Nacional, a teor do art. 130-A, § 3º, Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, correições e inspeções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

Considerando que a Corregedoria Nacional, nos termos do art. 67, caput e § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar correições, inspeções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

Considerando que a Constituição Federal conferiu expressamente ao Corregedor Nacional do Ministério Público (art. 130-A, § 3º, inciso III, Constituição Federal) o dever-poder de requisição e de designação de membros do Ministério Público, assim como o dever-poder de requisição e designação de servidores do Ministério Público;

Considerando que o art. 130-A, § 3º, inciso III, Constituição Federal, é norma constitucional expressa, com aplicabilidade imediata, que dispensa regulamentação e que foi instituída para garantir à Corregedoria Nacional do Ministério Público o exercício eficiente, isento e pleno das funções que lhes foram atribuídas constitucionalmente;

Considerando que a Corregedoria Nacional do Ministério Público constitui garantia fundamental de efetividade do Ministério Público, como uma instituição constitucional fundamental de acesso à justiça;

Considerando que, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, a Corregedoria Nacional tem como objetivo orientar e buscar o aprimoramento nas atividades do Ministério Público, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras Unidades Ministeriais, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados;

Considerando que a correição geral no Estado de Mato Grosso do Sul abrangerá em torno de 350 (trezentos e cinquenta) unidades do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar, localizadas na Capital e nas demais cidades do interior;

Considerando que é necessário o período de 5 (cinco) dias para a realização das atividades correicionais em decorrência de 350 (trezentos e cinquenta) Órgãos Ministeriais programados para serem correicionados, assim como o tempo necessário de deslocamento das equipes para as cidades do interior;

Considerando que a Corregedoria Nacional necessitará requisitar e designar membros dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro, para realizar a correição em torno de 350 (trezentos e cinquenta) órgãos do Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar e Estadual no Estado de Mato Grosso do Sul, localizados na capital e interior, resolve:

1. Instaurar Correição Geral nas unidades do Ministério Público no Estado de Mato Grosso do Sul, cujos trabalhos serão realizados no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais.

2. Designar, no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, Rinaldo Reis Lima, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional, e Cesar Henrique Kluge, Coordenador de Correição e Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para coordenarem os trabalhos correicionais.

3. Designar, no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, Rafael Schwez Kurkowski, Coordenador de Atividade Disciplinar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, os membros auxiliares da Corregedoria Nacional, Fabiano Mendes Rocha Peloso, José Augusto de Souza Peres Filho, Pedro Abi Aqab, Clístenes Bezerra de Holanda, Afonso de Paula Pinheiro Rocha e Walter Tiyozo Linzmayer Otsuka, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

4. Requisitar, no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, com dedicação exclusiva: Paulo Taubembblatt - Procurador Regional da República, Gustavo Moysés da Silveira - Procurador da República, Marcia Cristina Kamei López Aliaga - Procuradora Regional do Trabalho, Januário Justino Ferreira - Procurador do Trabalho, Marcelo Leite Borges - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Fernando Augusto Martins Cuoco - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Railson Américo Barbosa de Oliveira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Jarbas Soares Júnior - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Armando Antônio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Themis Maria Pacheco de Carvalho - Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, Tiago Cadore - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, Bertrand de Araújo Asfora - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba, Carmelina Maria Mendes de Moura - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, Patrícia Antunes Martins - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, José Renato Oliva de Mattos - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Ranieri da Silva Dantas - Promotor de Justiça do Ministério do Estado da Paraíba, Francimauro Gomes Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério do Estado do Ceará, Francisco de Assis Machado Cardoso - Promotor de Justiça do Ministério do Estado do Rio de Janeiro, Nilzir Soares Vieira Junior - Promotor de Justiça do Ministério do Estado de Sergipe, Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça do Ministério do Estado de Sergipe, Rômulo Lins Alves - Promotor de Justiça do Ministério do Estado de Sergipe, Alessandro Sampaio Santana - Promotor de Justiça do Ministério do Estado de Sergipe, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

6. Designar, no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, os servidores do Conselho Nacional do Ministério Público Joaquim José de Paula Neto, Yasmin Simões Neri Leal e Jaysa Santos de Oliveira, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

7. Designar, no período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, a servidora do Conselho Nacional do Ministério Público Maíra Feitosa Serodio Araújo, delegando-lhe poderes para a realização do atendimento ao público e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

8. Designar, no período de 31 de janeiro de 2019 a 08 de fevereiro de 2019, a servidora do Conselho Nacional do Ministério Público Larissa Lago Barbosa Bezerril, delegando-lhe poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços. Saliente-se que a necessidade de serviço desta servidora por maior período se dá em virtude da imprescindibilidade de organização prévia, bem como de acompanhamento das visitas institucionais que se realizarão.

9. Designar, no período de 04 a 06 de fevereiro de 2019, a servidora da Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional do Ministério Público, Vivan Rodrigues de Oliveira, para prestar serviços relacionados com a divulgação e publicidade dos trabalhos correicionais nas unidades ministeriais do Estado do Mato Grosso do Sul.

10. Determinar que sejam oficiados à Senhora Procuradora-Geral da República e aos Senhores Corregedor-Geral do Ministério Público Federal e Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.



11. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho e Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

12. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Procurador-Geral do Ministério Público do Militar, Corregedor-Geral do Ministério Público Militar e Procurador-Chefe do Ministério Público do Militar no Estado de Mato Grosso do Sul, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

13. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

14. Determinar que seja oficiada à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando que informe a realização da correição aos órgãos jurisdicionais locais, assim como pugne o consequente acesso da equipe de correição da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite nas Varas, se necessário.

15. Determinar que sejam comunicados aos Senhores Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

16. Determinar que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, informando-o da correição.

17. Determinar que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, informando-o da correição.

18. Determinar que seja comunicada à Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-a da correição.

19. Designar atendimento ao público nos dias 04 a 06 de fevereiro de 2019, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30, na Rua da Paz, 134- Jardim dos Estados, Edifício Dr. Carlos Ferreira de Viana Bandeira, para o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Ministério Público naquele Estado.

20. Determinar que o atendimento será realizado por ordem de chegada, devendo os interessados se apresentarem munidos de originais e cópias dos respectivos documentos de identidade e comprovantes de residência, além de outros documentos, a fim de que, se necessário, seja possível colher-se eventuais depoimentos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos.

21. Comunicar a realização da Correição e do atendimento ao público às seguintes autoridades do Estado de Mato Grosso do Sul: Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Corregedor Regional da Justiça Federal da Região, Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho, Corregedor-Geral de Justiça, Defensor Público Geral do Estado, Defensor Público-Chefe da União no Estado, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado, Deputados Federais que representam o Estado, Governador do Estado de Pernambuco, Prefeito, Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura do Estado, da Magistratura da Justiça do Trabalho da Região, dos Defensores Públicos, dos Procuradores dos Estados, da Assembleia Legislativa do Estado, da Câmara de Vereadores, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal Regional Federal da Região e do Tribunal Regional do Trabalho da Região, Procuradores-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado, da Procuradoria da União no Estado e da Procuradoria Federal no Estado, Procuradores-Gerais do Município, do Estado e de Justiça dos Estados vizinhos, Reitores da Universidade do Estado e da Universidade Federal no Estado, Senadores da República que representam o Estado, Superintendentes da Polícia Federal no Estado e Regional do Trabalho e Emprego no Estado.

22. Determinar a autuação desta Portaria e respectivas cópias como quatro Procedimentos de Correição Geral, conforme ramos do Ministério Público correccionados (Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Militar), providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

PORTARIA Nº 12, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 16 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Portaria CNMP-CN nº 165, de 04 de julho de 2018, que estabelece a organização interna e as atribuições das unidades da Corregedoria Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Portaria CNMP-CN nº 195, de 05 de outubro de 2017, que requisitou membro auxiliar para a Corregedoria Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Designar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA PERES FILHO para exercer a Coordenação da Coordenadoria Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 11 de janeiro de 2019.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

PORTARIA Nº 13, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal e do art. 18, III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Requisitar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba, Clístenes Bezerra de Holanda, matrícula 7006926, como Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, em regime de dedicação parcial, para exercer as funções a serem delegadas por meio de ato próprio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 1/2019/13ºOFÍCIO/PR-AM, de 7 de janeiro de 2019, da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a Procuradora da República ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA da designação efetivada pela Portaria PGR/MPF nº 926, de 9 de outubro de 2018, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 47, de 14 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Dê-se ciência à Secretaria de Cooperação Internacional do Gabinete da Procuradora-Geral da República.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º - inciso VI, da Portaria PGR/MPU nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 12 da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5 de julho de 2013, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 1.00.000.024739/2018-99, resolve:

Remover, a pedido, mediante permuta, os servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Técnico do MPU/Administração:

- RAPHAEL BRUNO DA SILVA CHAGAS, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar;

- RAFAEL COTA PACHECO, da Procuradoria-Geral de Justiça Militar para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

ESCOLA SUPERIOR

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 80, do Regimento Interno da ESMPU, aprovado pela Portaria 905 de 16 de dezembro de 2013 e alterado pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22 de outubro de 2014, resolve:

Exonerar, a pedido, SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL, matrícula 70040, do cargo em comissão de Secretária de Administração, CC-05, da Escola Superior do Ministério Público da União.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 5, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 80, do Regimento Interno da ESMPU, aprovado pela Portaria 905 de 16 de dezembro de 2013 e alterado pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22 de outubro de 2014, resolve:

Nomear IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, servidor sem vínculo, para o cargo em comissão de Secretário de Administração, CC-05, da Escola Superior do Ministério Público da União.

JOÃO AKIRA OMOTO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 20, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 7º - inciso III, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 35 - inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00708084/2018, resolve:

Exonerar, a partir de 1º de janeiro de 2019, VERIDIANA DE NORONHA SANTOS CARNEIRO, Requisitada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, matrícula 29670, do cargo em comissão de Assessora Nível IV, CC-4, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Darcy Santana Vitobello.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º - inciso XXXII e o artigo 7º - inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.025041/2018-91, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, a servidora LENISE FALCÃO DE ALMEIDA ALVES, matrícula n.º 16791, Técnico do MPU/Administração código TC020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 6º - incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, combinado com o artigo 7º da citada EC nº 41/2003, em consonância com o artigo 186 - inciso III - alínea "a" da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2º declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 39, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º - inciso XXXII e artigo 7º inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa PGEA nº 1.00.000.018363/2017-01 resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora EVANICE CAVALCANTE DOS SANTOS MASO, matrícula n.º 4910, Técnico do MPU/Administração, Código TC 020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 3º - incisos I - II - III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o artigo 186 - inciso III - alínea a da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do artigo 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 10, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 35 - inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente 1.29.000.003976/2018-06, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 20 de dezembro de 2018, VANIA BOKLIS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Tecnologia da Informação e Comunicação/Desenvolvimento de Sistemas, matrícula 2815, do cargo em comissão de Coordenadora, CC-3, da Coordenadoria Descentralizada 2 da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA



PORTARIA Nº 17, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 291, de 10/5/2018, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.32.000.001372/2018-21, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 14 de dezembro de 2018, o cargo de Técnico do MPU/Administração, classe B, padrão 8, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora GREICE ANNE SOUZA, matrícula nº 22785, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 22, DE 8 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00004205/2019, resolve:

Designar PATRICIA NASCIMENTO E CASTRO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 29216, para substituir, no período de 7 de janeiro a 1º de fevereiro de 2019, o Chefe da Divisão de Eventos Institucionais, CC-2, da Central de Viagens e Eventos, do Ministério Público Federal, por motivo de cargo vago do titular.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 28, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00001719/2019, resolve:

Designar IVAN RIBEIRO DE CARVALHO FILHO, Bacharel em Administração, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 26743, para substituir, no período de 7 a 30 de janeiro de 2019, o Assessor-Chefe Nível IV, CC-4, da Assessoria de Cerimonial, da Procuradoria-Geral da República, por motivo de cargo vago do titular e férias do substituto eventual.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 30, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00712758/2018, resolve:

1. Dispensar FLAVIO JUNIOR RIBAS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 29464, do encargo de substituto eventual da Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Lindôra Maria Araújo.

2. Designar DANIELE MARQUES CALDAS, Bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 22257, para exercer o encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Lindôra Maria Araújo.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 31, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 291, de 10/5/2018, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.33.000.000062/2019-33, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 07 de janeiro de 2019, o cargo de Analista do MPU/Direito, classe B, padrão 5, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor LUCAS COSTA ALMEIDA DIAS, matrícula nº 27862, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 32, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00712341/2018, resolve:

1. Apostilar a nomeação de FILIPE ALENCAR ROSA SAMPAIO, matrícula nº 29244, do cargo em comissão de Assessor Nível III, CC-3, da Chefia de Gabinete da Procuradora-Geral da República, com exercício na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, realizada originalmente pela Portaria PC/MPF nº 143, de 8 de junho de 2017, publicada no DOU de 12 de junho de 2017, para considerar a nomeação para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Procurador da República Pedro Jorge do Nascimento Costa na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, em vaga decorrente da exoneração de Sonildo Soares de Sousa Filho, matrícula nº 30091.

2. Apostilar a nomeação de GABRIELLA EMILIA FERREIRA BATISTA, matrícula nº 29863, do cargo em comissão de Assessora Nível I, CC-1, da Chefia de Gabinete da Procuradora-Geral da República, realizada originalmente pela Portaria SG/MPF nº 163, de 15 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, para considerar a nomeação para exercer o cargo em comissão de Assessora Nível III, CC-3, da referida Chefia de Gabinete.

3. Nomear JEFFERSON ALEX PEREIRA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível I, CC-1, da Chefia de Gabinete da Procuradora-Geral da República, com exercício na Procuradoria da República no Estado do Paraná.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 33, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto nos artigos 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00715794/2018, resolve:

1. Dispensar RODOLFO RODRIGUES NUNES FARIA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 27795, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, da Assessoria de Coordenação, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Designar TIAGO FREIRE DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 20147, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, da Assessoria de Coordenação, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 34, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00712373/2018, resolve:

Designar RODRIGO MENDES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27962, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Maria Eliane Menezes de Farias, em vaga decorrente da dispensa de Sandro Alves Garcia Nunes, matrícula nº 23409, ocorrida em 6 de novembro de 2018, publicada no DOU de 7 de novembro de 2018.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 35, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos expedientes PGR-00008456/2019, resolve:

Retificar a Portaria SGP/MPF nº 15, de 7 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 7, de 10 de janeiro de 2019, fl. 47, onde se lê:

"Designar DANIEL GOMES ALENCAR, Bacharel em Ciências Contábeis, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração matrícula nº 27241, para substituir, no período de 14 a 18 de janeiro de 2019, o Subsecretário de Remuneração de Pessoal, CC-4, da Secretária de Gestão de Pessoas, do Ministério Público Federal, por motivo de férias do titular e do substituto eventual",

leia-se:

"1. Dispensar, a partir de 10 de janeiro de 2019, ADALMI NOGUEIRA DA MOTA, requisitada do Ministério da Fazenda, matrícula 7108, do encargo de substituta eventual do Subsecretário, CC-4, da Subsecretaria de Remuneração de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

2. Designar DANIEL GOMES ALENCAR, Bacharel em Ciências Contábeis, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração matrícula nº 27241, para substituir, no período de 10 a 18 de janeiro de 2019, o Subsecretário de Remuneração de Pessoal, CC-4, da Secretária de Gestão de Pessoas, do Ministério Público Federal, por motivo de férias do titular."

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 41, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar ANA FLAVIA DE AMORIM E LEAL, ocupante do cargo de Analista do MPU/Saúde/Psicologia, matrícula nº 27517, para substituir, no período de 10 a 14 de janeiro de 2019, o Chefe da Divisão de Acompanhamento Funcional, CC-2, da Secretária de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal, por motivo de férias do titular e licença para tratamento de saúde da substituta eventual.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO**PORTARIA Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2019**

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, pelo artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357 de 5 de maio de 2015) e pela Portaria PGR nº 1037, de 27 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 08/01/2019, a servidora CELIA SILVA PEIXOTO, Técnico do MPU/Administração, matrícula 4143, da função de confiança de Secretário Nível - II, FC-2, do gabinete do Procurador Regional da República, Doutor Luís Cláudio Pereira Leivas, da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

FLÁVIO PAIXÃO DE MOURA JUNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA**PORTARIA Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2019**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Título V da Resolução MPF/BA nº 4, de 27 de junho de 2016, resolve:

Art 1º Retificar o Art. 1º da Portaria PR/BA nº 52, 18 de dezembro de 2018, publicada no DOU-SEÇÃO II, de 20 dezembro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Designar em 11/01/2019 a servidora JOYCE NASCIMENTO VIEIRA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 21325, para o encargo de substituto do Secretário Estadual, código CC-4, da Procuradoria da República no Estado da Bahia, tendo em vista o afastamento do titular e impedimento do substituto."

FABIO CONRADO LOULA

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA, no uso da competência prevista no art. 33, inc. VI, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Exonerar, a partir de 17 de janeiro de 2019, o servidor LUIZ GUILHERME BRITO TANAJURA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 20329, do cargo em comissão de Assessor - Nível II, CC-2, do GABPR001, da Procuradoria da República na Bahia.

Art. 2º Nomear, a partir de 17 de janeiro de 2019, a servidora DEISE SANTOS LINS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 15865, para exercer o cargo em comissão de Assessor - Nível II, CC-2, do GABPR001, da Procuradoria da República na Bahia, em vaga decorrente da exoneração da servidor Luiz Guilherme Brito Tanajura, matrícula nº 20329.

FABIO CONRADO LOULA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2019**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo disposto no art. 56, inciso VII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, resolve:

Dispensar o servidor HELIO CESAR ALVES DE ALCANTARA, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 28519, da Função de Confiança de Assistente - Nível II, FC 02, do gabinete do Procurador da República do 3º Ofício da Procuradoria da República no município de Altamira, a partir de 10/01/2019, em razão de sua remoção para a PRM/Marabá.

ALAN ROGERIO MANSUR SILVA



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 9, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência legal, resolve:

Art. 1º. Dispensar o servidor CARLOS FERREIRA DA SILVA, matrícula 12261-1, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, código TC020101, da Função de Assistente - Nível II, FC-02, do gabinete do Procurador da República Dr. José Guilherme Ferraz da Costa, da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, designando em seu lugar, para ocupar a referida função, a servidora DALYA DE MOURA BORGES, matrícula 16516-6, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, código AN020101.

MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência legal, resolve:

Art. 1º. Designar o servidor CARLOS FERREIRA DA SILVA, matrícula 12261-1, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, código TC020101, para o Cargo em Comissão de Assessor - Nível II, CC-02, do Gabinete do Procurador Dr. José Guilherme Ferraz da Costa, da Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

Exonerar, a partir de 09/01/2019, PRISCILA BERTE, matrícula 26750-3, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Dr. Carlos Henrique Macedo Bara, da Procuradoria da República no Município de Cascavel.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O CHEFE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, o uso de suas atribuições, instituídas pelo artigo 50, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e pelo artigo 106 da Portaria PGR nº 591/2008 (Regimento Interno do Ministério Público Federal), alterado pela Portaria PGR/MPF nº 727/2011, resolve:

Art. 1º - Dispensar RICARDO CÉSAR DE MELO, ocupante do cargo de técnico do MPU/apoio técnico-administrativo/segurança institucional e transporte, matrícula n.º 11.353-1, do encargo de substituto eventual do cargo em comissão de chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte, CC-2, da Procuradoria da República em Pernambuco.

Art. 2º - Designar RINALDO JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR, ocupante do cargo de técnico do MPU/apoio técnico-administrativo/segurança institucional e transporte, matrícula n.º 27.872-6, para exercer o encargo de substituto eventual do cargo em comissão de chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte, CC-2, da Procuradoria da República em Pernambuco.

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 4, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no exercício das atribuições legais que foram conferidas pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º - Exonerar o servidor INAMAR DANTAS NETO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, Matrícula nº 15928, do Cargo em Comissão de Assessor - Nível II - CC-2, da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim, vinculada ao Gabinete da Procuradora da República Cibele Benevides Guedes da Fonseca;

Art. 2º - Nomear o servidor FABIO ALEXANDRE SILVESTRE DA SILVA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, Matrícula nº 15682, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II - CC-2 da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, vinculada ao Gabinete da Procuradora da República Cibele Benevides Guedes da Fonseca, de 14 de janeiro de 2019 até 12 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINE MACIEL DA COSTA LIMA DA MATA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 9, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015, e pela Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º. Dispensar, a partir de 07/01/2019, o servidor NOEL FERREIRA DA SILVA, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 28083, do encargo da Função de Confiança, FC-2, Assessor do 2º Ofício, na Procuradoria da República no Município de Vilhena.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 8, DE 9 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º. DISPENSAR, a partir de 07/01/2019 o servidor MOISÉS ALBERTO ROGRIGUES QUEZADA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 22242, da Função de Confiança de Chefe do Setor de Manutenção e Serviços Gerais (FC-1), da Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

DANIEL LUZ MARTINS DE CARVALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 32.2019, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO em exercício, no uso de suas atribuições previstas no art. 91, XI, "a" e XXI da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta do PGEA 20.02.0502.0000001/2019-36, resolve:

Art. 1º Alterar, para o dia 4 de março de 2019, o marco inicial do período de trânsito fixado pela Portaria PGT nº 2119/2018, de 17 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 18 de dezembro de 2018, em relação ao exercício da Procuradora do Trabalho Lydiane Machado e Silva na Procuradoria do Trabalho no Município de Palmas/TO.

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 2.120, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 016602.2018.00.900/1, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a servidora ANDREA REGINA DA SILVA DIANA, matrícula 6002122, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe do Setor de Aquisição e Incorporação, código FC-2, da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho.

Art. 2º Designar a servidora SÍLVIA CLÁUDIA DE MENEZES COBELO, matrícula 6002216, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para a função de confiança de Chefe do Setor de Aquisição e Incorporação, código FC-2, da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho, dispensando-a da função de confiança de Chefe da Secretaria do 22º Ofício Geral da Procuradoria Geral do Trabalho, código FC-2, que atualmente ocupa.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 2.122, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que foram delegadas pela Portaria MPT-DG nº 86, de 30 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do PGEA/MPT nº 002958.2018.03.900/0, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria, com proventos integrais, à servidora MARIA LETÍCIA MACHADO SOARES GODINHO, ocupante do cargo de Analista MPU/Perícia/Engenharia e Segurança do Trabalho, código AN020530, Classe C, Padrão 13, matrícula nº 6001441-5, da Carreira de Analista do MPU, do Quadro Permanente do Ministério Público do Trabalho, com fundamento no artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional 47/2005.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 36, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 000020.2019.09.900/8, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 7.1.2019, o servidor JEAN PAULO DA SILVA, matrícula nº 6006611-3, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe da Secretaria da Procuradoria do Trabalho no Município de Umuarama, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.

Art. 2º Designar o servidor ISAAC KENZO KOURA, matrícula nº 6008501, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para a função de confiança de Chefe da Secretaria da Procuradoria do Trabalho no Município de Umuarama, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 40, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 003335.2018.06.900/9, resolve:

Art. 1º Designar a servidora FÁTIMA MARIA DE MELO LUNA para a função de confiança de Chefe da Assessoria de Conformidade de Registros de Gestão da Diretoria Regional, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 41, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 000052.2019.06.900/9, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor VLADIMIR GONÇALVES BAHÉ, matrícula 6005512, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe da Assessoria de Conformidade de Registros de Gestão da Diretoria Regional, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 43, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 86, de 30 de março de 2016, e considerando os termos do artigo 6º da Portaria PGR/MPU nº 287, de 12 de junho de 2007, e o que consta no PGEA nº 000120.2019.01.900/2, resolve:

Art. 1º Fica apostilada a Portaria MPT-VPGT nº 328, de 22.5.2018, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 26.5.2015, que nomeou o servidor PEDRO NAVARRO PAOLIELLO, matrícula 6007367, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico do 17º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, código CC-2, atualmente exercendo o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica do 17º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, código CC-2, para considerar a nomeação para exercer o cargo em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, código CC-2.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria MPT/DG nº 1997, de 26.10.2018, publicada no DOU nº 228, de 28.11.2019, Seção 2, INCLUIR NO TEXTO, a contar de 12.11.2018.

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria MPT/DG nº 30, de 9.1.2019, publicada no DOU nº 8, de 11.1.2019, Seção 2, INCLUIR NO TEXTO, a contar de 9.1.2019.

